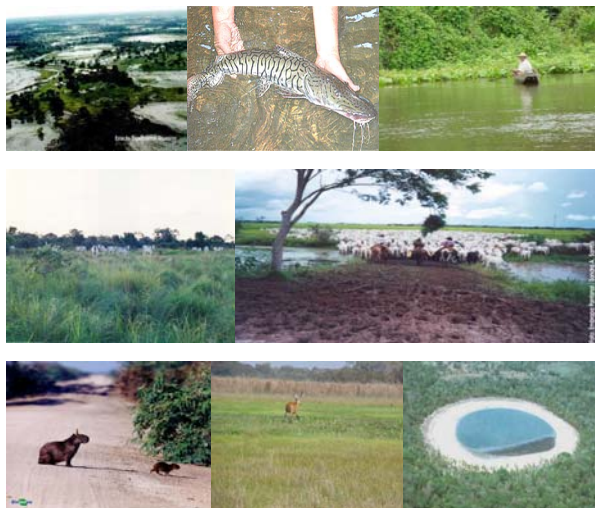


Por: Luiz Marques Vieira

Um dos maiores desafios de uma empresa pública de ciência e tecnologia, como é o caso da **Embrapa Pantanal**, é colocar no mercado tecnologias, produtos, processos e serviços com potencial de competir no mercado globalizado ao alcance da sociedade. Os pré-requisitos de produtividade e conservação da biodiversidade devem estar contemplados, tendo em vista a sustentabilidade do agronegócio e dos ecossistemas regionais. Estabelecer as prioridades, as diretrizes e sistematizar a base científica que darão suporte aos projetos de pesquisa requer estrutura compatível com a demanda regional.



Diversidade de ecossistemas

Assim, desenhar a agenda da pesquisa numa região com a dimensão e características do Bioma Pantanal e planaltos adjacentes da Bacia do Alto Paraguai – BAP, que constituem a sua área geográfica de atuação, além de demandar sólida experiência, criatividade, visão, metodologia adequada, exige, acima de tudo, elevada habilidade e sensibilidade para interpretar fatos novos à luz da dinâmica do conhecimento científico.

As políticas públicas devem atender às prioridades e potencialidades regionais e se ajustarem num esforço de planejamento estratégico, onde as diferenças deverão estar compensadas e concebidas num modelo conceitual de desenvolvimento integrado.

No Pantanal, face às peculiaridades das cadeias alimentares e dos pulsos de inundação é preciso equilibrar o desenvolvimento com a conservação ambiental. Assim, a Embrapa Pantanal tem a sua responsabilidade voltada para avaliar a potencialidade dos recursos naturais, gerar, adaptar e validar tecnologias relacionadas com o agronegócio, levando-se em consideração os impactos econômico, social e ambiental.

Como o Pantanal está conectado com os planaltos da BAP, ele se torna vulnerável aos impactos ambientais das atividades lá desenvolvidas. Estudos recentes, evidenciam que as pressões antrópicas nos planaltos podem colocar em risco a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos da planície pantaneira. A utilização de



mercúrio nos garimpos de Poconé e o emprego de pesticidas, principalmente no cultivo de soja já refletem níveis de contaminação acima daqueles considerados naturais.

A Bacia do Rio Taquari (BRT), uma das mais importantes do Pantanal, encontra-se com visíveis sinais de degradação e com processos erosivos significativos como consequência da ocupação desordenada e mau uso do solo pela agropecuária. O planejamento e a construção de estradas de rodagem em areias quartzozas, também evidencia sua contribuição negativa. Em decorrência, intensificou-se o assoreamento dos sistemas aquáticos, com impactos negativos na pecuária da planície pelos prejuízos decorrentes do incremento nos níveis e duração das inundações das pastagens. Entende-se que a agropecuária no planalto demanda ações emergenciais, direcionadas para políticas públicas ambientais, fiscais e creditícias de curto, médio e longo prazos, e para viabilizar a diversificação do agronegócio com base no seu potencial produtivo e ótica na integração de atividades complementares. A Embrapa Pantanal, em parceria com outras unidades do sistema, Universidades e outros Ministérios afins poderão compartilhar ações efetivas, tendo em vista a maximização de resultados.

Mas será que a degradação ambiental somente está ocorrendo na BRT? E será que o pecuarista tem consciência que ele está se tornando mais pobre e seu sistema de produção menos sustentável? Apesar das evidências, somente o tempo, a divulgação e a adoção dos resultados contribuirão para a efetiva conscientização da sociedade. A Embrapa Pantanal, desde 1994, preocupada em entender os impactos ambientais na BRT, desenvolveu um projeto de pesquisa para avaliar a dinâmica dessa problemática. Com o apoio da ANA/GEF/PNUMA/OEA, lançou um livro intitulado “Impactos Ambientais e Sócio-Econômicos na Bacia do Rio Taquari – Pantanal” com resultados inéditos e recomendações práticas, como forma de sugerir, recomendar e prestar contas à sociedade do trabalho realizado. Entretanto, há evidências de degradação ambiental em outras bacias hidrográficas, tais como a dos Rios São Lourenço e Cuiabá, em Mato Grosso, e do Miranda, Aquidauana e Negro, em Mato Grosso do Sul, principais tributários do Rio Paraguai.

Mas o que a **Embrapa Pantanal** está desenvolvendo de pesquisa nessas outras bacias hidrográficas? Muito embora haja demanda, a insuficiência de recursos humanos e financeiros inviabilizam a sua efetiva atuação.

Entende-se que o reordenamento espacial, com o zoneamento ambiental, aliado à adoção de práticas de manejo e conservação de solo, manejo das pastagens e



racionalização no emprego de pesticidas, poderão contribuir para minimizar os impactos ambientais da agropecuária. Contudo, a viabilização das ações dependerá da sensibilidade política e que os programas governamentais, assumam efetivamente o enfoque do desenvolvimento sustentável e adotem políticas compatíveis. Gestões governamentais em curso estão despertando preocupações em segmentos da sociedade regional. Um dos maiores desafios é compatibilizar as ações frente às expectativas da termo-elétrica de Corumbá/MS, com capacidade para acionar os potenciais pólos minisiderúrgico e gás-químico que se vislumbram para a capital do Pantanal. De um lado, entendemos que não se pode privar a sociedade das benesses do desenvolvimento econômico e social, mas, do outro, temos a responsabilidade constitucional de buscar alternativas com menor custo ambiental e sanitário. Caso contrário, a sustentabilidade dos ecossistemas e conseqüentemente dos empreendimentos estarão comprometidos, pois o homem é o epicentro da questão. Se essa questão está politicamente definida, só nos resta sugerir medidas para minimizar os impactos ambientais e principalmente aqueles com risco de afetar a saúde do homem e o próprio meio ambiente. Monitorar os níveis de mercúrio e outros gases tóxicos nas populações de Corumbá e Ladário, antes e depois do funcionamento da termo-elétrica, forneceria elementos precisos para se detectar as alterações na qualidade ambiental e proceder os ajustes tecnológicos em tempo hábil. Será que no processo de decisão, frente aos novos empreendimentos, os empresários dispõem das tecnologias para atender à demanda ambiental, hoje regulamentada por legislação específica?

A concepção da Embrapa Pantanal, expressa no seu Plano Diretor, está em consonância com o artigo 225 da Constituição de 1988. Assim, fica claro que cabe à sociedade utilizar o Pantanal buscando harmonizar o desenvolvimento econômico e social com a sua conservação.

---

Luiz Marques Vieira (lvieira@cpap.embrapa.br), Engenheiro Agrônomo, MSc. em Zootecnia e Doutor em Ecologia. É Pesquisador da **Embrapa Pantanal** na área de Qualidade Ambiental.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO

VIEIRA, Luiz Marques. **A Embrapa e a conservação do Pantanal**. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2005. 3p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n. 095. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM095>>. Acesso em: 26 jul. 2007.